

PLANO CENTRO CIDADÃO: por um espaço urbano integrado.

Nome(s) Andrea do Nascimento Dornelas Câmara; Robson Canuto; Clarissa Duarte.

Universidade Católica de Pernambuco

Diretor da pesquisa: Andrea do Nascimento Dornelas Câmara

E-Mail: andreacamaraarq@hotmail.com

RESUMO

O Plano Centro Cidadão tem por objetivo o desenvolvimento de estudos urbanos para o “Centro Continental do Recife”, promovendo uma revisão das práticas urbano-arquitetônicas e das políticas para os espaços públicos, renovando os conceitos e valores urbanos da cidade que implementem a qualidade de vida cidadã, através de propostas de diretrizes urbanísticas para o território. Um dos principais desafios do Plano é o desenvolvimento de um processo de trabalho colaborativo. O objetivo do presente artigo é apresentar os conceitos norteadores do Plano, a metodologia empregada para o desenvolvimento dos trabalhos e o processo de colaboração social como etapa importante para a construção de um planejamento integrado.

Palavras chave: plano urbanístico; espaço público; paisagem cultural .

ABSTRACT

The objective of the plan entitled Centro Cidadão (A center for citizens) is to develop urban studies for a downtown area in the city of Recife known as its continental center. The process involves critical review of current urban design practices and politics regarding public spaces, leading to updated concepts and urban values that might improve the quality of life in the city, to be implemented through specific design guidelines. One of the Plan's biggest challenges is to carry a collaborative work process. The goal of this paper is to present the guiding concepts of the Plan and its methodology, particularly its collaborative process, an important aspect towards achieving integrated urban planning.

Keywords: urban plan; public space; cultural landscape.

1 PLANO CENTRO CIDADÃO

O Plano Centro Cidadão, objeto do Convênio de Cooperação Científica, entre a Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e Prefeitura da Cidade do Recife (PCR), em 2014, tem por objetivo o desenvolvimento de estudos urbanos para subsidiar a elaboração de diretrizes urbanísticas, projeto de espaço público e plano de ocupação para o “Centro Continental do Recife”, parte do Centro Expandido delimitada pela avenida Governador Agamenon Magalhães e toda a frente d’água banhada pelos rios Capibaribe e Beberibe, compreendendo uma superfície correspondente a 605,8 ha, com população residente de 54.359 habitantes (IBGE, Censo 2010).

O Centro Continental do Recife, desde a segunda metade do século XVIII, foi objeto de inúmeros planos urbanísticos e projetos urbanos que parcialmente implementados configuraram a sua feição urbana e o seu traçado urbano. Os planos e os projetos propostos e/ou colocados em prática foram, em grande parte, responsáveis pela elaboração das sucessivas normativas urbanísticas responsáveis pelo ordenamento da ação pública e privada sobre o território, independente da escala.

No momento atual, a população moradora e os usuários do Centro Continental sofrem tanto pela decadência física como pela ausência de acesso ao estoque imobiliário existente e pela pressão imobiliária pela renovação urbana. Esta última, resultante de uma prática histórica de substituição do patrimônio construído por novas construções, com aumento excessivo do potencial construtivo ofertado pelas legislações urbanísticas vigentes.

Neste contexto, o Plano Centro Cidadão se propõe a promover uma revisão **das práticas urbano-arquitetônicas e das políticas para os espaços públicos, renovando** os conceitos e valores urbanos da cidade **que implementem a qualidade de vida cidadã**, através de propostas de diretrizes urbanísticas para o território. O objetivo do presente artigo é apresentar os conceitos norteadores do Plano, a metodologia empregada para o desenvolvimento dos trabalhos e o processo de colaboração social como etapa importante para a construção de um planejamento integrado.

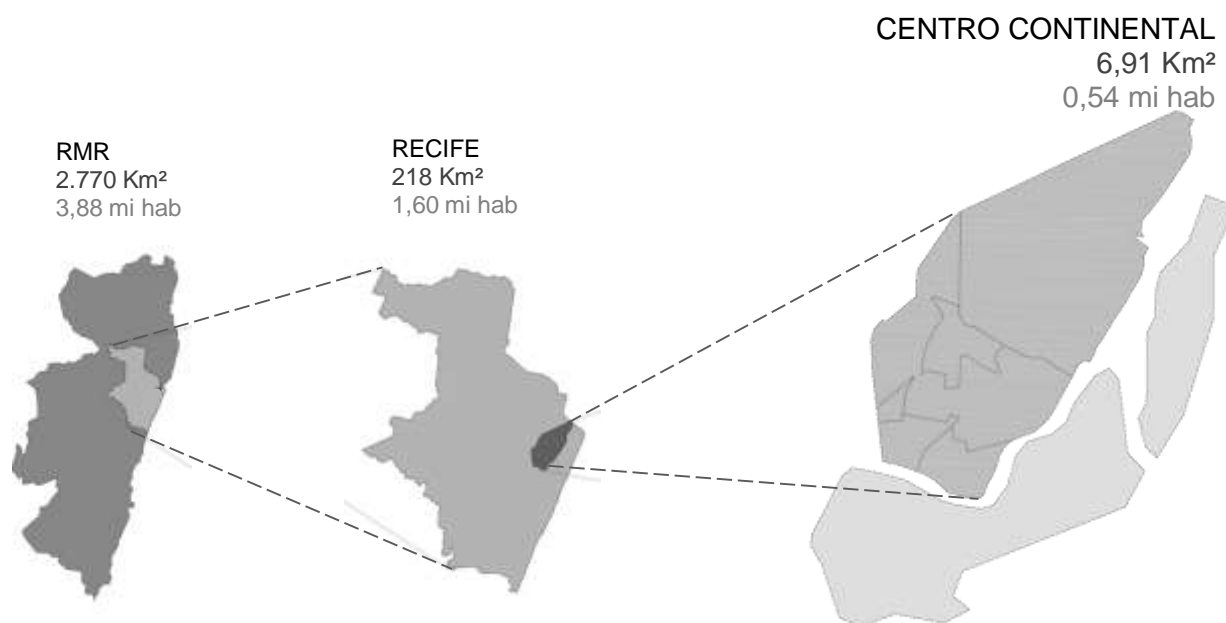


Figura 1: Esquema ilustrativo do Centro Continental do Recife. Fonte: imagem elaborada pelos autores

2 CONCEITOS NORTEADORES

Os principais conceitos que norteiam os estudos urbanísticos nas suas diversas etapas estão pautados na existência e no reconhecimento da paisagem cultural e na busca por um espaço urbano cidadão.

2.1 Paisagem cultural

Os conceitos de paisagem e paisagem cultural utilizados neste trabalho são os propostos no documento Recomendação Europa (IPHAN, 1995), um documento que versa sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas públicas.

Paisagem é considerada em um triplo significado cultural, porquanto, é definida e caracterizada da maneira pela qual determinado território é percebido por um indivíduo ou por uma comunidade; dá testemunho ao passado e ao presente do relacionamento existente entre os indivíduos e seu meio ambiente; ajuda a especificar culturas e locais, sensibilidades, práticas, crenças e tradições. (IPHAN, 1995, artigo 1)

E ainda,

as áreas de paisagem cultural são partes específicas, topograficamente delimitadas da paisagem, formada por várias combinações de agenciamentos naturais e humanos, que ilustram a evolução da sociedade humana, seu estabelecimento e seu caráter através do tempo e do espaço e quanto de valores reconhecidos têm adquirido social e culturalmente em diferentes níveis territoriais, graças à presença de remanescentes físicos que refletem o uso e as atividades desenvolvidas na terra no passado, experiências ou tradições particulares, ou representação em obras literárias ou artísticas, ou pelo fato de ali terem ocorridos fatos históricos. (IPHAN, 1995, artigo 1)

As definições e conceitos contidos neste documento auxiliam na compreensão da necessidade de preservar e conservar edificações e elementos urbanos que fazem parte do complexo histórico-cultural do Recife uma vez que são testemunhas e atores do processo histórico de formação da cidade do Recife. Portanto, as edificações e elementos urbanos que compõem o conjunto do território são elementos constitutivos da paisagem do Recife, compreendida, neste caso, como parte da Paisagem Cultural da cidade e, uma vez que contam, à sua maneira, a história do processo de formação do Recife e devem ser preservado, requalificados e/ou renovados.

Preservar um bem significa manter o estado da substância de um bem e desacelerar o processo de degradação (UNESCO, 1980). Requalificar abrange os conceitos de reconstrução e adaptação uma vez que a intervenção se preocupa em não destruir a significação cultural¹. E renovação abrange as ações de intervenção no edifício com objetivo de adequá-lo a novas exigências de ocupação sem o rigor da sua preservação como um bem cultural.

Os temas abordados neste trabalho, inseridos no conceito de “Espaço Urbano Cidadão” explanado a seguir, apenas encontram coerência quando observados e/ou planejados sob a ótica da Paisagem Cultural. Em outras palavras, nenhum processo de planejamento pode ser qualitativo e cidadão se não considera, em primeira mão, a proteção do patrimônio histórico e cultural do seu território.

¹ Segundo a Carta de Burra (ICOMOS, 1980), “reconstrução é o restabelecimento, com o máximo de exatidão, de um estado anterior conhecido; ela se distingue pela introdução na substância existente de materiais diferentes, sejam novos ou antigos.” O documento reforça que a reconstrução não deve ser confundida, nem com recriação, nem com reconstituição hipotética.

2.2 Espaço urbano cidadão

Espaço Urbano Cidadão é um espaço urbano resultante de um planejamento integrado, onde espaços públicos e privados são planejados de maneira conjunta e complementar. Abrange dois importantes conceitos: i) a Rua Cidadã e ii) a Arquitetura Urbana². O primeiro tem o espaço público como plataforma principal e o segundo o espaço privado, ainda que ambos se interceptem e se relacionem entre si.

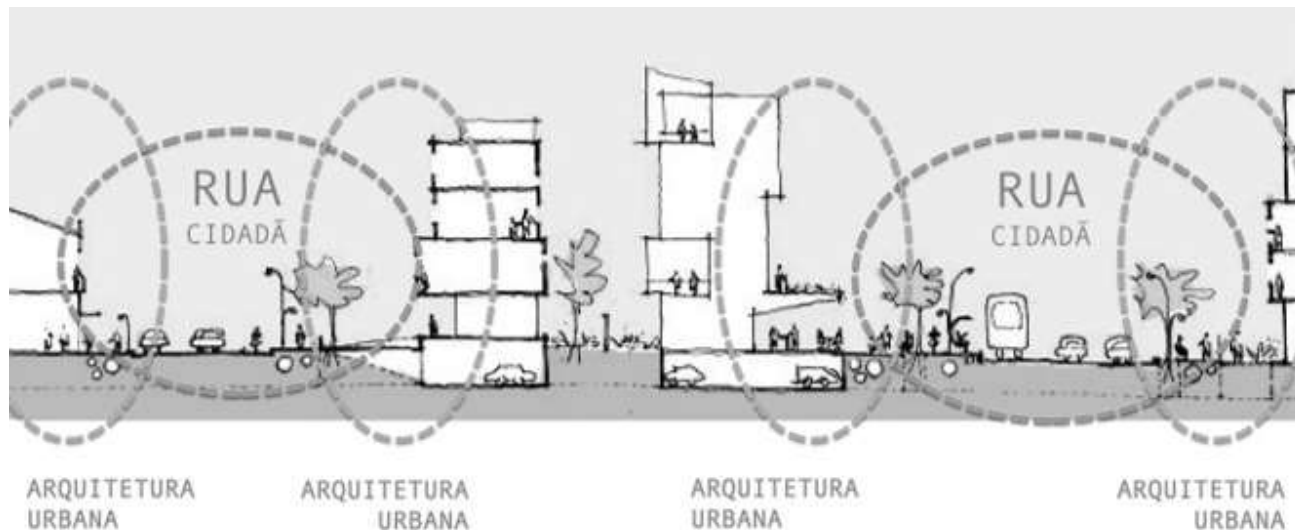


Figura 2: Esquema ilustrativo de espaço urbano cidadão com os conceitos norteadores: arquitetura urbana e rua cidadã. Fonte: imagem elaborada pelos autores.

Rua Cidadã

Este conceito considera a rua como protagonista do “Sistema de Espaços Públicos” de uma cidade, como o espaço público articulador dos demais espaços (públicos e privados), equipamentos e pessoas. Assim, defende-se que, para planejar de forma coerente e integrada grande parte deste Sistema de Espaços Públicos, tendo o conforto e a segurança dos cidadãos como principais objetivos de gestão, faz-se necessário estudar, planejar e projetar, simultaneamente, quatro “elementos do desenho urbano” definidores dos espaços públicos viários: i) as Interfaces Arquitetônicas, ii) os Meios e as Superfícies de Deslocamento (mobilidade humana), iii) o Mobiliário Urbano e iv) a Vegetação. Ressalta-se que a interface arquitetônica, como elemento divisor entre os espaços públicos e privados, é também importante objeto de projetos arquitetônicos e de Planos de Quadra, devendo ser trabalhado de maneira paralela e complementar ao desenvolvimento do desenho dos espaços públicos adjacentes.

A rua é considerada como a “ÁGORA” contemporânea³, o espaço principal das trocas sociais da atualidade.

² Os conceitos da Rua Cidadã e da Arquitetura Urbana referenciam-se inicialmente na pesquisa de DUARTE (2005). Os “elementos de desenho urbano” como a) a interface da arquitetura com a rua, b) a mobilidade com seus diversos meios e superfícies, c) a vegetação urbana e d) o mobiliário urbano foram identificados pela autora como “elementos capazes de desenhar a coexistência cidadã no espaço público”. O planejamento integrado desses diversos elementos é objeto principal de sua dissertação de Mestrado, defendida em 2005, na Université Paris 1-Sorbonne, intitulada “O Desenho da Coexistência: o impacto das políticas de planejamento urbano no uso dos espaços públicos -eixos urbanos de uma cidade brasileira: Recife.

³ O conceito da RUA ÁGORA, apoiado no Conceito do DESENHO DA COEXISTÊNCIA (DUARTE, 2005) foi definido para conceituar uma proposta de intervenção urbana para o entorno da Universidade Católica de Pernambuco, selecionado pela VII BIENAL INTERNACIONAL DE ARQUITETURA DE SÃO PAULO, no ano de 2007, no concurso Internacional de Escolas de Arquitetura.

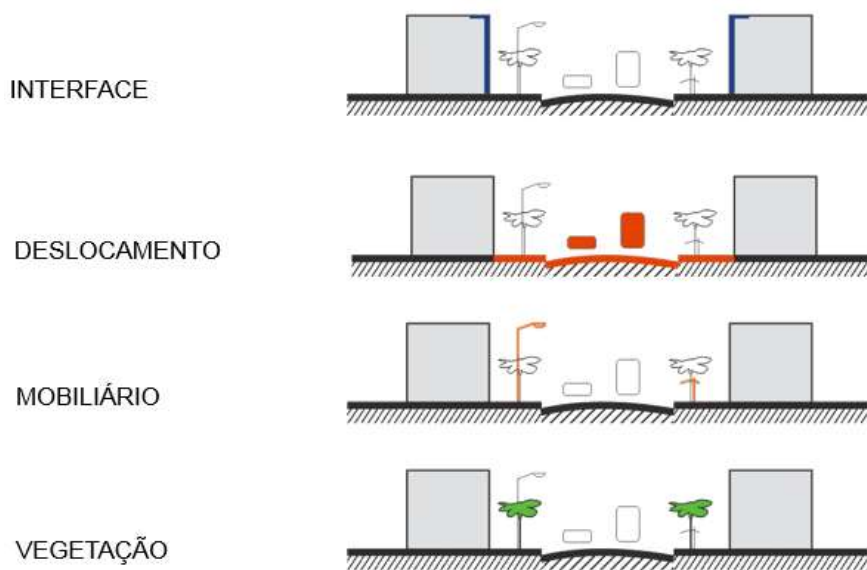


Figura 3: O planejamento integrado do espaço urbano através do planejamento dos “elementos de desenho da coexistência”. Fonte: imagem elaborada pelos autores.

A arquitetura urbana

O conceito norteador da Arquitetura Urbana parte do princípio de que o projeto do espaço privado deve ser guiado pelo planejamento do espaço público, e não o contrário. A compreensão de que o planejamento do espaço da cidade deve ser, sempre, definido e orquestrado pelo poder público, com o indiscutível compromisso do benefício integral da sociedade, reforça o princípio de que todo empreendimento construtivo deve ser consequência de um projeto cidadão e o de que toda arquitetura deve ser urbana.

O conceito de Arquitetura Urbana fundamenta-se na definição da “Quadra Aberta”⁴ que, segundo DUARTE (2014) “é, em síntese, a materialização de uma arquitetura essencialmente urbana.” Um conjunto de construções cujas características espaciais são referenciadas nas características mais positivas de duas épocas distintas das cidades: a da arquitetura “tradicional” e a da arquitetura moderna. Ainda que apresentando muitas variações entre suas manifestações pelo mundo, grande parte das cidades ocidentais apresenta, em seu tecido mais antigo, exemplos de uma arquitetura caracterizada pelo recuo frontal e lateral nulo, pela ocupação predominante do pavimento térreo com atividades comerciais e de serviços sob unidades residenciais (como ocorre, ainda, em parte dos bairros do nosso centro histórico).

A liberdade volumétrica e as melhorias higienistas (ventilação e iluminação) advindas com a arquitetura moderna e o edifício solto no lote, por sua vez, transformaram radicalmente a nossa metodologia projetual e construtiva, fazendo-nos esquecer das tantas qualidades que nossa cidade antiga ainda revela.

Assim, buscando reunir o que há de melhor nas ocupações urbanas dos últimos dois ou três séculos, a Quadra Aberta propõe-se uma metodologia contemporânea de projetar a cidade fincada, ao mesmo tempo, na valorização e no respeito às preexistências e, ainda, no reconhecimento dos avanços construtivos e da importância de remodelarmos, responsabilmente, parcelas importantes de nossas cidades. Para materializar o conceito da quadra aberta e, em consequência, o da arquitetura urbana, cinco propriedades espaciais são indispensáveis, a saber: i) Permeabilidade (física e visual); ii) Proximidade (entre os edifícios e desses coma a rua); iii) Proporcionalidade (entre edifícios e entorno e entre os edifícios e a escala humana); iv) Variedade (de formas e de usos); v) Viabilidade (urbana e econômica).

⁴ Defendido pelo arquiteto francês Christian de Portzamparc, deste a década de 1970. Conceito este aplicado, fisicamente, em vários trechos de cidades, principalmente em Paris, a exemplo do bairro Contemporâneo de Massena, ao lado da Biblioteca Nacional da França, concluído há cerca de 6 anos.



Figura 4: Propriedades espaciais da arquitetura urbana. Fonte: imagem elaborada pela equipe do Plano Centro Cidadão.

3 METODOLOGIA

Para se desenvolver um planejamento urbano integrado parte-se da premissa de que seus métodos e equipe de trabalho sejam também integrados, interdisciplinares, inclusivos e colaborativos. Ao relacionar diretamente o conteúdo dos Produtos a elaborar e os conceitos norteadores com a configuração de trabalho em equipe e, ainda, com a proposta de colaboração social, objetiva-se uma contribuição mais plena que, além de técnica e/ou acadêmica, seja sobretudo socioeducativa, tendo-se em vista que a intensão metodológica central é o desenvolvimento de um processo de trabalho colaborativo.

Os produtos do Plano Centro Cidadão e seus conteúdos estão detalhados na Figura 4.

O Plano prevê a elaboração de 6 Produtos, denominados da seguinte forma: Produto 1- Plano Metodológico; Produto 2- Estudos Integrados; Produto 3- Diagnóstico e Diretrizes; Produto 4- Plano Urbanístico para o “Setor de Economia Criativa” (parte do bairro de Santo. Amaro); Produto 5- Projeto Urbano para o “Setor de Ensino e Conhecimento” (entorno da Universidade Católica de Pernambuco); Produto 6- Publicações. Assim, considerando que os Produtos 1 e 6 são respectivamente formalizações de abertura e conclusão do convênio, observa-se que o conteúdo principal do Plano Centro Cidadão se encontra no somatório dos conteúdos dos Produtos 2, 3, 4 e 5.

Os “Estudo Integrados” (Produto 2), seguido do Diagnóstico e Diretrizes Urbanas (Produto 3) consideram três etapas de estudos e análises principais que antecedem e embasam a execução do Plano e Projeto (Produtos 4 e 5). Estas etapas estão atualmente em fase de conclusão, e se desenvolveram da seguinte maneira: [A] elaboração do diagnóstico temático (uso e ocupação do solo, patrimônio cultural, economia urbana, mobilidade, espaços livres e infraestrutura), [B] desenvolvimento de uma leitura integrada do território (integração do conteúdo dos temas cotados visando identificar um “sistema de espaços livres públicos” e um “sistema de espaços construídos”) [C] elaboração de cenários futuros (visualização das tendências do território tanto para os espaços públicos como para os espaços predominantemente construídos); [D] elaboração de diretrizes (a partir dos cenários futuros identificados, indicação das diretrizes que reforcem ou corrijam as tendências, em acordo com o desejo coletivo da população).

Para a realização dos Produtos e seus conteúdos procurou-se, desde o início, identificar métodos inovadores de trabalho. Como a integração está na essência dos conceitos norteadores do Plano Centro Cidadão, anteriormente explicados, havia uma intenção clara de se testar um trabalho mais interdisciplinar e criativo com a equipe de técnicos, pesquisadores e consultores, além de uma maneira mais colaborativa de envolver a sociedade.

PRODUTOS	P1 PLANO METODOLÓGICO	P2 ESTUDOS INTEGRADOS	P3 DIAGNÓSTICOS + DIRETRIZES	P4 PLANO URB. SANTO AMARO	P5 PROJETO "UNICAP"	P6 PUBLICAÇÕES
CONTEÚDOS A ENTREGAR	<ul style="list-style-type: none"> • OBJETIVOS • JUSTIFICATIVAS • CONCEITOS • METODOLOGIA 	<ul style="list-style-type: none"> • LEVANTAMENTO DE DADOS PRIMÁRIOS • ANÁLISES PRELIMINARES TEMÁTICAS E INTEGRADAS 	<ul style="list-style-type: none"> • DIAGNÓSTICO TEMÁTICO E INTEGRADO • DIRETRIZES ILUSTRADAS • ANEXOS DETALHADOS 	<ul style="list-style-type: none"> • PLANO ESPECÍFICO PRELIMINAR • PLANO DE MASSAS • MINUTA DE LEI (PARÂMETROS) 	<ul style="list-style-type: none"> • PLANO ESPECÍFICO PRELIMINAR • ESTRATÉGIAS DE DESENHO URBANO • PROJETO EXECUTIVO DE VIA 	<ul style="list-style-type: none"> • VOLUME GERAL • CADERNOS DE DESENHO URBANO
CONCEITOS E METODOLOGIAS	<p>ESPAÇO URBANO CIDADÃO</p> <p>PAISAGEM CULTURAL</p> <p>ARQUITETURA URBANA + RUA CIDADÃ</p> <p>ESPAÇO CONSTRUÍDO + ESPAÇOS PÚBLICOS</p>	<p>INTEGRAR</p> <p>HUMANIZAR</p> <p>PRESERVAR</p> <p>VITALIZAR</p> <p>VIABILIZAR</p> <p>SEGURANÇA</p> <p>CONFORTO</p>	<p>IDENTIDADE</p> <p>PROPORCIONAL</p> <p>TRAFEGABIL</p> <p>DIVERSIDADE</p> <p>CONECTIVIDADE</p> <p>PRODUTIVIDADE</p> <p>TRANSPARÊNCIA</p> <p>INTENSIDADE</p> <p>CAMINHABIL</p> <p>ESCALA HUMANA</p> <p>SOMBREAMENTO</p> <p>MAPAS T&P MACRO</p> <p>ESTRATÉGIAS DE PLANEJAMENTO MACRO/MICRO</p> <p>ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO MICRO/MACRO</p>	<p>ARO. URB.</p> <p>RUA CIDADÃ</p>	<p>ARO. URB.</p> <p>RUA CIDADÃ</p>	<p>ARO. URB.</p> <p>RUA CIDADÃ</p>
ESTRATÉGIA DE TRABALHO EQUIPE TÉCNICA UNICAP + ICPS + PCR	<p>ELABORAÇÃO DE ESTRATÉGIAS</p> <p>COORDENAÇÃO DO PLANO</p>	<p>OLHAR TEMÁTICO GTS</p> <p>TODOS</p>	<p>SUBGRUPOS INTEGRADOS</p> <p>TODOS</p>	<p>ESPAÇOS CONSTRUÍDOS</p> <p>ESPAÇOS PÚBLICOS</p>	<p>ESPAÇO CONSTRUÍDOS</p> <p>ESPAÇOS PÚBLICOS</p>	<p>COORDENAÇÃO + APOIO</p> <p>APOIO EP</p> <p>APOIO EC</p>
ESTRATÉGIAS DE COLABORAÇÃO SOCIAL	<p>REUNIÕES ESPECÍFICAS</p>	<p>CONVERSAS CIDADÃS</p> <p>OFICINAS INTEGRADAS</p> <p>OFICINA CIDADÃ</p>	<p>CONVERSAS CIDADÃS</p> <p>OFICINAS INTEGRADAS</p> <p>OFICINA CIDADÃ</p> <p>URBANISMO TÁTICO</p> <p>AUDIÊNCIA PÚBLICA</p>	<p>CONVERSAS CIDADÃS</p> <p>OFICINAS INTEGRADAS</p> <p>OFICINA CIDADÃ</p> <p>URBANISMO TÁTICO</p>	<p>CONVERSAS CIDADÃS</p> <p>OFICINAS INTEGRADAS</p> <p>OFICINA CIDADÃ</p> <p>URBANISMO TÁTICO</p> <p>AUDIÊNCIA PÚBLICA</p>	<p>RESPOSTA CIDADÃ</p> <p>LANÇAMENTO PÚBLICO</p> <p>FERRAMENTAS DE APROPRIAÇÃO SOCIAL</p>

Figura 5: Quadro esquemático da metodologia integrada do Plano . Fonte: imagem elaborada pela equipe do Plano Centro Cidadão.

Durante a elaboração dos Produtos 2 e 3, desenvolvidos principalmente pela equipe de pesquisadores da Universidade juntamente aos técnicos da Prefeitura, os encontros principais entre eles denominaram-se "Oficinas Técnicas Integradas". A metodologia destas oficinas referenciou-se em trabalhos como o de HANROT (2010) e o de DOORLEY & WITTHOFT (2012). A primeira referência aborda uma "estratégia integrativa de projeto" e, em seu conteúdo, ressalta algumas etapas importantes de um planejamento urbano que se pretende interdisciplinar e integrado. Como discriminado no quadro abaixo, são sugeridas metodologias para quatro fases principais.

MÉTODO PARA UM PLANEJAMENTO INTEGRADO		
SEGUNDO HANROT (2010).		
PARA A FASE INICIAL DE NARRATIVA DO PROJETO:	PARA A FASE DE INVESTIGAÇÃO	PARA A FASE DE PROPOSIÇÃO
A) Reconstituir a história do território para situar as ações do projeto; B) Conhecer os projetos e estudos anteriores do território; C) Medir a governança do projeto (como se articulam os jogos de poder no qual está envolvido o projeto?); Identificar a estrutura e postura dos agentes (quem são os agentes interessados e o que eles querem do projeto?);	A) Conhecer pessoalmente o território físico e suas culturas (conhecer o terreno com seus pés); B) Conhecer os projetos e estudos anteriores do território; C) Integrar pontos de vistas de linguagens e disciplinas diferentes, história, fotografias, artistas; D) Identificar casos de referências; E) Redefinir os limites, o encaixe das escalas; Integrar tudo os objetos do território, mesmo se ele não faz parte da responsabilidade do mandante.	A) Produzir diagnóstico consistente que abre pistas, roteiros, cenários de intervenções; B) Testar os cenários no projeto; C) Fomentar processo indutivo de pesquisa; D) Abrir o processo à consulta/participação de forma criativa. Aceitar que o projeto seja uma produção coletiva; E) Iniciar, logo no começo, uma narração do projeto numa perspectiva histórica afim de situar cada passo e etapa de intervenção; F) Manter o diagnóstico aberto a um processo iterativo.
PARA A FASE DE AVALIAÇÃO APÓS O PROJETO		
Avaliar o estado de integração/desintegração do projeto		

Figura 6: Quadro elaborado pelos autores segundo pesquisa de HANROT (2010), in: HANROT, Stéphane. L'architecture de la MOBILITÉ comme fabrique de la ville du paysage et du territoire: une stratégie INTÉGRATIVE de projet. Marseille: ENSA-Marseille, 2010.

A experiência de Scott DOORLEY e Scott WITTHOFT⁵, por sua vez, auxiliou tanto a preparação das dinâmicas de trabalhos técnicos quanto a elaboração de metodologias e arranjo espacial para as “Oficinas Colaborativas Cidadãs”. Estas últimas, detalhadas em tópicos seguintes, contam com diversos atores da sociedade como integrantes e, também, com os técnicos e pesquisadores do Plano.

A abordagem da “Colaboração Criativa” desenvolvida pelos referidos autores se concentra em explicar e ilustrar aspectos práticos e metodológicos já vivenciados em distintas experiências de trabalho coletivo. Eles dividem o conteúdo do trabalho em cinco elementos principais: 1) Ferramentas; 2) Situações 3) Tipos de Desenho 4) Estudos Espaciais e 5) “Insights”. Para as primeiras etapas do processo colaborativo do Plano Centro Cidadão os elementos 2 e 4 foram especialmente úteis. Enquanto as “Situações” demonstravam diversas maneiras de se configurar um espaço ou sala de trabalho coletivo os “Estudos Espaciais” ilustravam algumas maneiras de se preparar ou construir alguns suportes de trabalho rapidamente.

⁵ DOORLEY, Scott; WITTHOFT, Scott. **Make Space: How to Set the Stage for Creative Collaboration**. Hoboken, N.J.: John Wiley & Sons, 2012.

As “Conversas Cidadãs se utilizaram especialmente da Teoria do Núcleo Central, segundo ABRIC (1984) que, por sua vez, se referencia na “Teoria das Representações Sociais” (TRS), defendida por MOSCOVICI (1961). Dentre os processos de escuta destaca-se a experiência com uma das comunidades de moradores do território, para apreensão da percepção deles sobre a própria comunidade e os desejos para o território como um todo. A metodologia em questão propõe a utilização de um método de associação livre de palavras entre os sujeitos participantes da pesquisa. Após a entrevista aplicada com um grupo específico de atores sociais as palavras são inseridas em um software denominado EVOC (*Ensemble de Programmes Permettant l'Analyse des Évocations*) que tem como objetivo classificar o grau de “importância” das palavras coletadas.



Figura 7: Fotos das Oficinas integradas . Fonte: Fotos Swan Medeiros

Quanto aos aspectos metodológicos é importante constatar a existência de muitas dificuldades no sentido de “desapegar-se” dos métodos convencionais de trabalho e participação social por parte de muitos atores envolvidos. Até o momento observa-se que quanto maior é o desprendimento dos colaboradores no sentido de apreender metodologias contemporâneas e integradas, maior é a riqueza e qualidade do material produzido e mais intenso é o compromisso coletivo com os resultados do trabalho. Permitir-se sair da “zona de conforto” tem se demonstrado como ponto de partida essencial para o desenvolvimento de um planejamento verdadeiramente integrado.

4 ESTRATÉGIAS DE COLABORAÇÃO SOCIAL PARA UM PLANEJAMENTO INTEGRADO

O Plano Centro Cidadão foi concebido com a preocupação fundamental de propor soluções desenvolvidas com uma participação democrática e efetiva da sociedade. Esse objetivo apenas pode ser alcançado se a colaboração for um compromisso metodológico, realizado em estratégias de engajamento da população que sejam consolidadas, viáveis e permitam que a diversidade e complexidade do social possa não apenas ser observada e incorporada, mas que efetivamente possa interferir ampla e profundamente nas diversas etapas do planejamento – desde os diagnósticos até as soluções que serão elaboradas.

Esse não é um processo simples, e minimizar os desafios envolvidos no engajamento social pode levar à utilização de metodologias demasiadamente limitadas, que reduzam a capacidade do Plano de propor soluções que respondam às ansiedades dos recifenses. A adoção de um planejamento metodológico estanque diminui a capacidade de adaptação às dinâmicas da sociedade e a aspectos sociais não previstos no momento da concepção do projeto. Por outro lado, é necessário manter um rigor que garanta a validade e viabilidade das contribuições, frente aos conhecimentos consolidados, técnicas ideais e as demandas urgentes de uma cidade viva.

Deste modo, foram estabelecidas metas específicas para o desenvolvimento de metodologias colaborativas no Plano Centro Cidadão, que foram revisadas periodicamente de forma a adaptá-las aos novos desafios surgidos durante o processo de pesquisa. Essas metas são:

- Buscar, de maneira viável e efetiva, a colaboração do maior número possível de cidadãos recifenses nos diagnósticos e proposição de soluções pelo Plano Centro Cidadão.
- Adotar formas de participação que compreendam a complexidade e diversidade da sociedade recifense e do território do Centro Expandido Continental, assim como as desigualdades de poder envolvidas nos conflitos de interesse presentes na área.
- Propor alternativas de participação que sejam abertas a qualquer cidadão interessado, com a utilização de ferramentas digitais e oficinas urbanas.
- Apresentar as conclusões e propostas do plano para validação e aperfeiçoamento de forma sistemática, aumentando a transparência e o envolvimento dos cidadãos com os resultados a serem obtidos pelo projeto.

A definição das ações para atingir essas metas foi resultado de discussões realizadas com um grupo multidisciplinar de pesquisadores com experiência na aplicação de métodos empíricos de pesquisa social e de colaboração cidadã em projetos urbanísticos. Inicialmente, definiu-se pela **Oficina Colaborativa Cidadã** como um espaço no qual atores da sociedade contribuem com a construção do Plano. No decorrer do processo, identificou-se a necessidade de implementar outras formas de colaboração complementares com o objetivo de aprofundar a discussão de problemas específicos, ampliar a participação e lidar com os desafios inevitáveis na realização de um projeto como o Plano Centro Cidadão. O resultado foi a definição de um conjunto de ações que compõem o arcabouço das formas de colaboração utilizadas no processo de elaboração do Plano, a saber: (i) Oficinas Colaborativas Cidadãs, (ii) Conversas Cidadãs, (iii) Metodologias alternativas e (iv) Plataformas virtuais.

Um resultado importante do processo colaborativo foi a identificação dos anseios, expectativas e visões dos diversos atores da sociedade que foi sintetizado no chamado **desejo coletivo** e foi expresso do seguinte modo:

“QUEREMOS UM ESPAÇO URBANO CIDADÃO CONCEBIDO PARA AS PESSOAS E PELAS PESSOAS, ONDE ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS SEJAM MAIS INTEGRADOS, INCLUSIVOS, DINÂMICOS E SUSTENTÁVEIS, FAVORECENDO A COEXISTÊNCIA E AS RELAÇÕES HUMANAS”

Cabe destacar que no processo de construção do desejo coletivo, as palavras foram sendo adicionadas, retiradas, reformuladas após cada etapa do processo. As contribuições chegaram de forma direta, escrita, comentada, durante as oficinas, conversas ou pelos meios digitais colocados à disposição do cidadão em geral.

Neste artigo serão apresentadas duas das formas de colaboração utilizadas no Plano Centro Cidadão: as Oficinas Colaborativas e as Conversas Cidadãs.

4.1 Oficinas Colaborativas Cidadãs

Trata-se de uma importante modalidade de colaboração da sociedade no Plano Centro Cidadão uma vez que permite aos envolvidos assumirem a postura de atores no seu processo de elaboração. Pretende-se, deste modo, que o apoiem e o adotem. É o exercício do processo democrático de pensar a cidade e o

caminho mais natural para alcançar o êxito social do plano. Almeja-se não a participação passiva mas a colaboração ativa. De acordo com o National Charrette Institute (LENNERTZ, 2006 apud FARR, 2013, p.73), a colaboração é um dos valores que deve ser internalizado por todos os participantes no processo dinâmico de planejamento, desde a coleta de dados até a implementação. Ainda, segundo o National Charrette Institute:

A contribuição de cada indivíduo ajuda a produzir o melhor resultado. Quando os patrocinadores de um projeto mantêm este valor, os atores são vistos como membros de uma equipe maior que têm contribuições valiosas e são essenciais para a implementação. (LENNERTZ, 2006 apud FARR, 2013, p.73).

Participam da Oficina Colaborativa Cidadã representantes de várias entidades atuantes no Centro Expandido Continental do Recife e setores da administração pública. Esses atores são de diversas categorias que variam de acordo com suas relações com o território. Os **atores locais** são os representantes de associações, sindicatos ou organizações que atuam no Centro Expandido Continental; os **atores setoriais** são representados pelas entidades de classe e movimentos sociais que de algum modo se interessam ou possuem afinidades com questões relativas ao planejamento urbano; os **atores institucionais** são formados por representantes da gestão pública nas esferas municipal, estadual e federal. A seleção das entidades buscou o maior nível de representação social e institucional possível, privilegiando aquelas que se fazem representar por um maior número de atores.

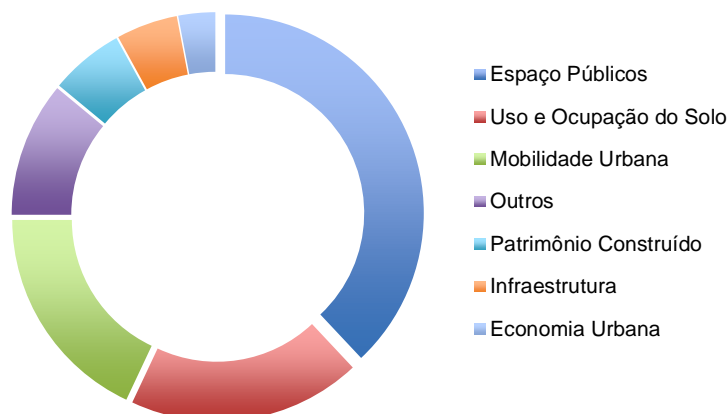
Foram realizada duas Oficinas. Na primeira, os atores após expressarem individualmente seus desejos para o território, foram estimulados a negociar um desejo que representasse as vontades dos integrantes de cada grupo no qual estavam divididos. Ou seja, a, em consenso, escolher, dentre os diversos desejos individuais e a partir deles, um desejo coletivo.



Figura 8: 1º Oficina Colaborativa Cidadã. Fonte: Swan Medeiros

Gráfico 1: Expressão dos desejos individuais relativos aos eixos temáticos estudados no Plano Centro Cidadão.

Fonte: UNICAP (2015)



Observa-se, neste conjunto de agrupamentos, expectativas de revisão da legislação de uso e ocupação do solo e dos parâmetros urbanísticos que desenham a forma urbana do território, bem como o planejamento integrado, com impacto positivo no ordenamento territorial. Espera-se, igualmente, mais oferta de moradias no centro e qualificação daquelas instaladas em Zonas de Interesse Social. Também se identifica demanda por mais atividades de cultura, educação e lazer; e o estímulo à diversificação de atividades, em contraposição à monofuncionalidade e polos funcionais. Além disso, a implementação de um modelo de desenvolvimento urbano integrado promotor de interfaces e tipologias arquitetônicas consonantes com a escala humana e que favoreçam à vida urbana.

A mobilidade foi uma outra questão urbana apontada pelos participantes da oficina como sendo um aspecto que interfere diretamente na qualidade de vida da cidade, correspondendo a 18% dos desejos citados. Almeja-se sobretudo a oferta de transporte público de massa mais eficiente e, conseqüentemente, menos automóveis nas ruas, em particular, no Centro da Cidade do Recife. Igualmente, deseja-se a ampliação da rede de ciclovias e ciclo-faixas que facilitam os deslocamentos no meio urbano, ao passo que fortalecem a vida pública nas ruas - a vitalidade urbana.

Similaridades também são identificadas entre as principais expressões elencadas nos diversos desejos coletivos pactuados pelos integrantes dos grupos: (1) **ordenamento e integração** do território para melhoria da **qualidade de vida**; (2) requalificação, **integração** urbana e **humanização** (3) cidade plena e **inclusiva** para todas as pessoas; (4) espaço **humanizado e sustentável**; (5) **vitalidade**; (6) espaços públicos e privados que possibilitem a **coexistência** humana **inclusiva**; (8) ação e desenvolvimento **integrado**.

A partir de uma síntese dos principais termos citados nesse desejos coletivos, compreende-se que os participantes almejam **uma cidade mais integrada, humana, inclusiva, sustentável e viva**.

A 2ª. Oficina Colaborativa Cidadã teve dois objetivos principais : (i) validar o **desejo coletivo** elaborado pela equipe técnica do Plano a partir dos dados coletados na 1ª. Oficina e, (ii) avaliar o entendimento das diretrizes gerais do Plano e a completude de cada conceito, expresso de forma sintética.

Para validação do desejo coletivo, cada participante recebeu um cartão contendo a frase síntese proposta pelos técnicos do Plano construída a partir dos desejos expressos por cada grupo na 1ª. Oficina Colaborativa Cidadã. Os participantes da oficina tiveram quatro opções para indicar o nível de satisfação com o desejo coletivo: totalmente satisfeito, satisfeito, insatisfeito, totalmente insatisfeito. Além de escolher uma das opções no cartão, também foi dada a oportunidade de cada um fazer complementações e/ou comentários por escrito. Este método escolhido baseia-se na análise secundária que examina os dados

existentes e/ou as novas situações a serem implantadas e ocorre mediante a mensuração que é uma forma de observar e registrar as informações (TROCHIM, 2006). Dentre os métodos de medição, optou-se pelo da escala *Likert*. É um método unidimensional que expressa conceitos qualitativos por meio de unidades quantitativas. Permite a inclusão de qualquer item que se verifique empiricamente, e a amplitude das respostas permitidas contribui para que haja informações mais precisa do avaliador (MATAR, 2007). Optou-se por uma escala de resposta de número par – neste caso, 04 (quatro) – para eliminar a opção intermediária que é uma opção de uma resposta indefinida.

A fim de possibilitar a colaboração efetiva de todos os atores durante a oficina, os participantes foram divididos em oito grupos com no máximo 08 (oito) integrantes. Na formação dos grupos, buscou-se obter a maior heterogeneidade de atores possível de modo que pudessem melhor dialogar e interagir durante todo o trabalho. A oficina foi dividida em três etapas: (i) identificação das relações com o território específico de análise; (ii) identificação através dos adesivos de locais estratégicos para implantar as diretrizes; e (iii) identificação dos cenários futuros para o território analisado através da fotomontagem.

i. Etapa 1 - Identificação das relações com o território específico de análise

Na primeira etapa, os diversos atores foram direcionados para seus grupos e apresentados a sua área de trabalho por meio de uma imagem de satélite em grande formato, contendo uma parte colorida com a área a ser trabalhada com o entorno imediato em preto e branco para facilitar na localização dos participantes. Os facilitadores explicaram, neste momento, o porquê da escolha deste recorte do Centro Expandido Continental para o trabalho e, posteriormente, foram questionados sobre as suas relações pessoais – lembranças, sentimentos e/ou atividades atuais – com a área específica de análise.

ii. Etapa 2 - Identificação através dos adesivos de locais estratégicos para implantar as diretrizes

Nesta etapa, o facilitador apresentou aos participantes as diretrizes elaboradas pela equipe técnica do Plano Centro Cidadão a partir dos resultados da 1ª Oficina Colaborativa Cidadã e foi feita uma roda de conversa entre os integrantes para que houvesse o total entendimento das mesmas por todos. Foram elas:

- **Humanizar o espaço urbano**, permitindo que as necessidades e a escala do cidadão sejam consideradas como premissas para qualquer intervenção;
- **Integrar espaços públicos e privados**, considerando o térreo urbano como plataforma da urbanidade;
- **Preservar a(s) identidade(s) e memória do território**, afirmando o patrimônio existente (construído e imaterial) como importante força local;
- **Favorecer a sensação de segurança**, nos espaços públicos e privados;
- **Permitir a sensação de conforto**, nas ruas e demais espaços públicos do território.
- **Viabilizar o espaço urbano**, considerando os aspectos econômicos, locais e urbanos como importantes variáveis da sustentabilidade;
- **Vitalizar o espaço urbano**, de forma mais equilibrada e permanente, fomentando a variedade de usos e de usuários;

O objetivo desta etapa foi avaliar o entendimento dos conceitos de cada diretriz pelos participantes. Após este momento inicial cada participante recebeu uma cartela com adesivos representante cada uma das 07 (sete) diretrizes. Em seguida foram convidados a identificar no mapa locais nos quais, de acordo sua compreensão, a diretriz se faz necessária. Ou seja, onde existem necessidade de integrar, humanizar, preservar, vitalizar, viabilizar, favorecer a sensação de segurança e conforto.

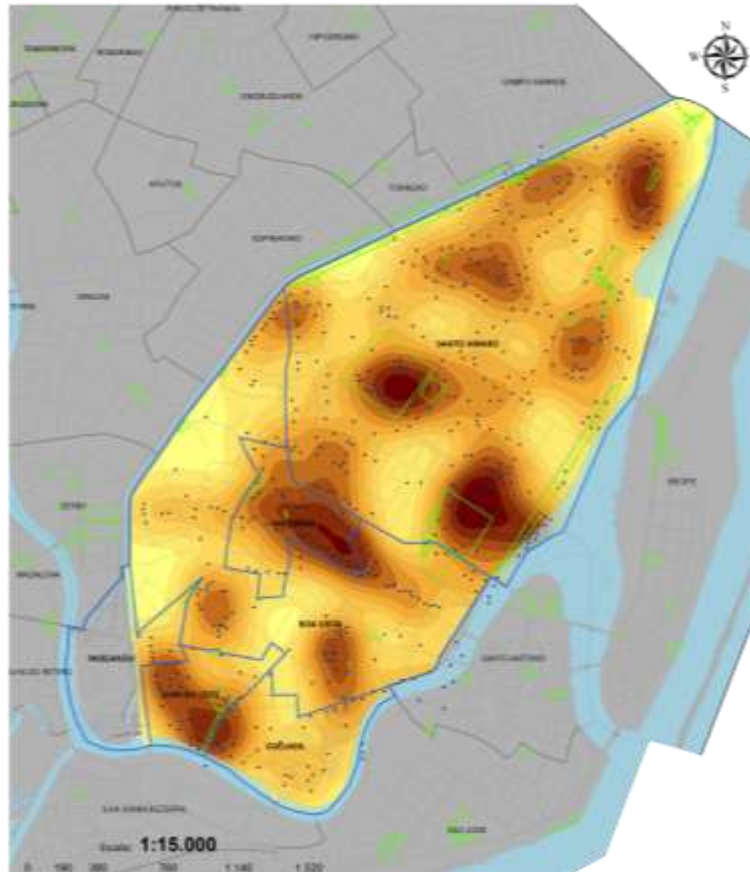


Figura 10: Mapa de Kernell mostra a densidade elaborado com base no número de diretrizes agrupadas. Permite identificar os locais onde mais foram colocados adesivos de qualquer natureza. Fonte: elaboração equipe Plano

iii. Etapa 3 - Identificação dos cenários futuros para o território analisado através da fotomontagem

Outro resultado do trabalho colaborativo da 2ª. Oficina foi a construção de cenários futuros através da técnica da fotomontagem. Assim foram selecionadas fotografias de espaços específicos da cidade que seria a imagem base (foto preto e branco) e imagens de elementos (coloridas) que refletissem conceitualmente as diretrizes trabalhadas na etapa anterior. Deste modo, esta técnica possibilitou que os participantes construíssem sobre a imagem base, um cenário que refletisse uma visão de futuro para o lugar.



Figura 11: Expressão das visões de futuro para o Centro Continental por meio de colagens elaboradas 2ª Oficina Colaborativa Cidadã. Fonte: foto Swan Medeiros

Os painéis ilustrativos dos cenários futuros confirmaram a forte expectativa com relação aos espaços públicos. As imagens sugerem acessibilidade, caminhabilidade, calçadas mais livres; integração, articulação

entre as áreas de lazer; mais verde, transporte público, vias compartilhadas com diversos modais; comércio informal sistematizado. Quanto aos edifícios, estes possuem térreos ativos, sugerem uso habitacional.

4.2 Conversas cidadãs

A conversa cidadã foi uma iniciativa que surgiu após a realização das duas primeiras Oficinas Colaborativas Cidadãs, quando ficou evidenciada a ausência significativa de atores de alguns setores que atuam no território e que, embora tenham sido convidados, não haviam comparecido a uma ou outra Oficina. O entendimento geral foi de que estes atores precisavam ser ouvidos para a construção de uma visão mais plural e, ao mesmo tempo, mais específica de questões que envolviam estes grupos sociais.

Assim, foram realizadas conversas com grupos compostos por: (i) representantes de movimentos sociais mais envolvidos com discussões urbanas e com atuação direta ou indireta dentro do território de estudo; (ii) representados por integrantes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Informais da Cidade do Recife; e, (iii) representantes das comunidades de interesse social localizadas no território de estudo.

Para cada caso, foram utilizadas metodologias diversificadas, a partir das características de cada grupo. Na maior parte dos casos as conversas foram momentos de escutas e debates em torno de visões específicas de cada grupo o que gerou subsídios e pontos de vistas diferenciados que possibilitou uma visão ampliada que enriqueceu a abordagem e a compreensão do território e das expectativas dos diversos atores por parte dos técnicos do Plano Centro Cidadão. A partir dessas conversas, por exemplo, foi reforçada a necessidade de incluir no desejo coletivo a referência a participação social efetiva como condição desejada para a implementação delas em futuros projetos para o território



Figura 12: Conversas Cidadãs. Fonte: foto Swan Medeiros

Outro momento específico de escuta ocorreu com moradores de uma das comunidades de interesse social da área do Plano. Para estes, além da conversa que possibilitou aos atores o conhecimento do Plano, foi utilizada uma metodologia de escuta específica fundamentada na Teoria das Representações Sociais (TRS) (MOSCOVICI, 1961) para apreensão da percepção deles sobre a comunidade e os desejos para o território.

Por representações sociais, entendemos um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum (MOSCOVICI, 1981, p.181).

Para o Plano Centro Cidadão interessava compreender as representações sociais dos moradores da comunidade sobre o local onde moram bem como as representações que possuem sobre um local ideal, identificando os desejos do grupo para o futuro do local. Para este fim, foi aplicada uma metodologia decorrente de um dos desdobramentos da Teoria das Representações Sociais, a Teoria do Núcleo Central (ABRIC, 1984), que entende a representação social como um conjunto organizado de informações, opiniões, atitudes e crenças a respeito de um dado objeto.

A metodologia propõe a utilização de um método de associação livre de palavras entre os sujeitos participantes da pesquisa, seguida da observação de dois indicadores de hierarquia: a frequência de um item e a sua ordem de importância. É através do cruzamento feito entre a quantidade de evocações de uma palavra (frequência) e a sua ordem de classificação (importância) determinada pelos sujeitos entrevistados. Foram aplicados, entre os dias 17 e 18 de setembro de 2015 dois questionários com 73 moradores de uma das comunidades do Centro Continental, sendo 24 homens e 49 mulheres, com idades entre 13 e 91 anos.



Figura 13: Conversas Cidadãs. Fonte: foto Swan Medeiros

Uma análise geral do resultado das representações sugere uma comunidade consciente da importância estratégica de sua *Boa localização* e do interesse que este atributo pode despertar diante de interesses econômicos do mercado imobiliário, por exemplo, e, por isso, necessidade de organização social para obter Melhorias e a manutenção dos direitos adquiridos. Ao mesmo tempo a comunidade se representa orgulhosa das conquistas que são frutos de Luta e União das Pessoas, mas ainda em busca de direitos como Saúde, Educação, Segurança, Saneamento e Áreas de Lazer.

Os resultados deste experimento vinculado à Teoria das Representações Sociais funcionam como uma espécie de diagnóstico de uma específica área de Interesse Social e sugerem elementos que podem ser incorporados às diretrizes a serem propostas. Entre estes indícios está a compreensão da importância de que os projetos de habitação social para o local sejam realizados no bairro, em virtude da importância da localização para este grupo de moradores, assim como uma flexibilidade necessária nestes projetos para atender ao que pode ser compreendido como boas condições de moradia, associadas à tipologia a ser construída.

Ainda dentro das ações envolvendo conversas cidadãs foi realizada uma escuta entre os frequentadores de um bar localizado dentro do território compreendido pelo Plano Centro Cidadão. A ideia era que, através de um jogo americano disposto nas mesas do estabelecimento, os frequentadores pudessem dar ideias para o território, bem como a representação social deles sobre o Centro do Recife a partir de uma pergunta: “Quando você pensa nas palavras Centro do Recife qual são as cinco primeiras palavras que lhe vem à mente?”.

Os dados coletados foram analisados utilizando a mesma metodologia utilizada para análise dos dados na conversa com as comunidades, a Teoria das Representações Sociais. Os resultados apontam o patrimônio histórico e imaterial do território como elementos fundamentais para o planejamento de quaisquer ações neste local e o comércio como uma clara vocação desta área da cidade. Apontou-se como problemas a

sujeira; a sensação de desorganização espacial e de abandono; a violência; e problemas relacionados a mobilidade como trânsito, calçadas mal conservadas e precariedade/falta de locais de estacionamentos.

Na área reservada às ideias livres dos colaboradores, as demandas mais comuns foram pela recuperação das calçadas do Centro do Recife, arborização para o território e o pedido pela viabilização de transporte fluvial pelo Rio Capibaribe.



Figura 14: Oficina em estabelecimento comercial. Fonte: foto Swan Medeiros

5 CONCLUSÃO: O PROTAGONISMO DO ESPAÇO PÚBLICO NO PROCESSO DE COLABORAÇÃO SOCIAL

As Oficinas Cidadãs revelaram que os participantes têm uma expectativa significativa com relação aos espaços públicos. Os resultados extraídos da colaboração social das Oficinas Cidadãs I e II reforçam e complementam a hipótese da equipe técnica do plano de que há uma demanda social por um Espaço Urbano Cidadão —uma concepção de espaço urbano resultante de um planejamento integrado, em que espaços públicos e privados são planejados de maneira conjunta e complementar.

O Espaço Urbano Cidadão, como visto, abrange dois importantes conceitos: i) a Rua Cidadã e ii) a Arquitetura Urbana. O primeiro tem o espaço público como plataforma principal e o segundo o espaço privado, ainda que ambos se interceptem e se relacionem entre si.

A ideia de Rua Cidadã considera a via como protagonista do Sistema de Espaços Públicos de uma cidade. A rua é o espaço público articulador dos demais espaços públicos e privados, dos equipamentos e também das pessoas. Assim, defende-se que, para planejar de forma coerente e integrada este sistema de espaços, tendo o conforto e a segurança dos cidadãos como principais objetivos de gestão, faz-se necessário estudar, planejar e projetar, simultaneamente, quatro elementos do desenho urbano definidores dos espaços públicos viários: i) a Mobilidade Humana (meios e superfícies de deslocamento); ii) a Vegetação e natureza urbana; iii) o Mobiliário Urbano e iv) as Interfaces Arquitetônicas.

O conceito de Arquitetura Urbana, por outro lado, parte do princípio de que o projeto do espaço privado deve ser guiado pelo planejamento do espaço público, e não o contrário. A compreensão de que o planejamento do espaço da cidade deve ser, sempre, definido e orquestrado pelo poder público, com o indiscutível compromisso do benefício integral da sociedade, reforça o princípio de que todo empreendimento construtivo deve ser consequência de um projeto cidadão e o de que toda arquitetura deve ser urbana.

Ao longo do processo de colaboração social, a hipótese com a qual o Plano Centro Cidadão inicialmente trabalhava foi sendo sistematicamente revisada em função das escutas sociais através dos diversos canais

de colaboração. Aspectos que não faziam parte dos objetivos iniciais e do escopo de diretrizes urbanas preliminares do plano passaram a ser considerados em função dessas demandas sociais. O diagrama abaixo ilustra tal evolução.

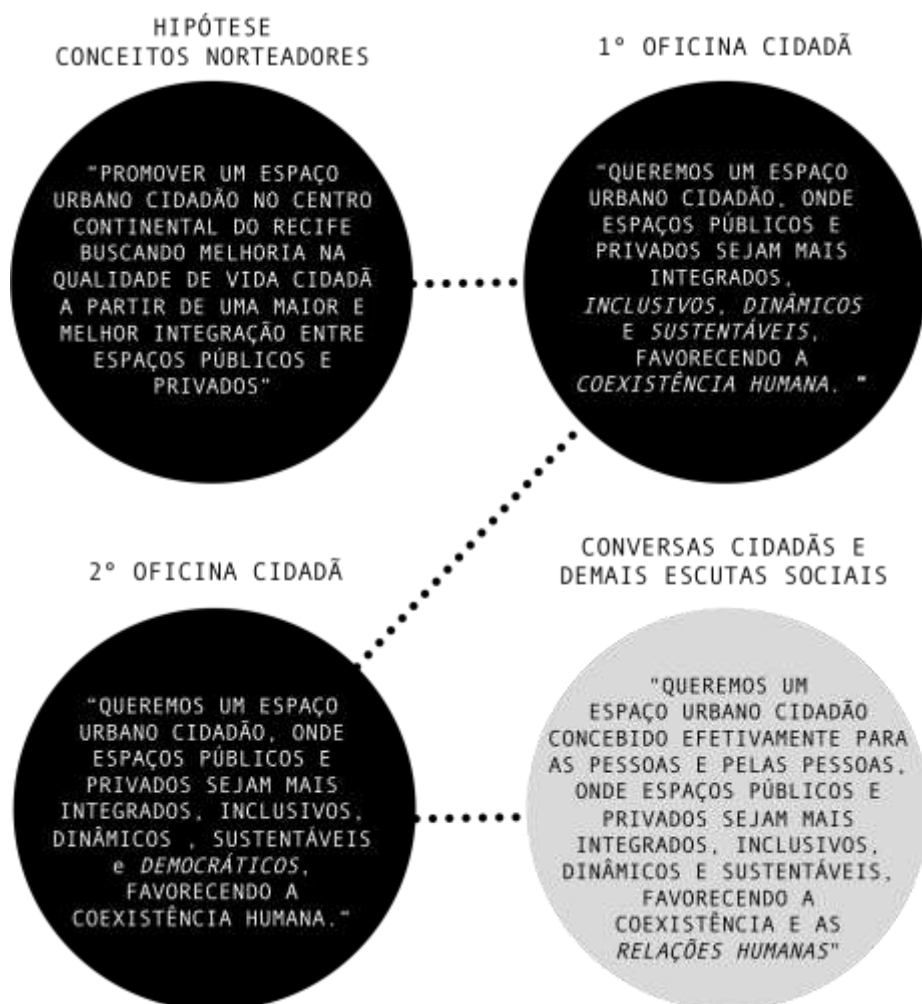


Figura 15: Evolução do objetivo geral do plano, em função de hipótese preliminar e revisões a partir das colaborações sociais. Fonte: imagem elaborada pelos autores.

Na primeira Oficina Cidadã, mesmo sendo o espaço público o cerne das discussões, outros também emergiram como a **sustentabilidade** (econômica, social e ambiental) e a inclusão, particularmente em referencia às áreas de habitação informal localizadas nas Zonas Especiais de Interesse Social. Já na segunda Oficina foi introduzida a dimensão do espaço **democrático**, que possibilite o acesso igualitário a bens e serviços. Já nas conversas cidadãs e demais canais colaborativos surgiu a discussão em torno de um espaço urbano feito **pelos e para as pessoas** de modo poder estabelecer a **coexistência e as relações humanas**.

Entende-se, por conseguinte, que tais contribuições sociais são convergentes com os objetivos e as expectativas sociais do Plano Centro Cidadão, de pensar em construções mais integradas aos espaços públicos adjacentes, onde a interação entre vida privada e vida pública pode ser vista como resultante positiva e necessária à qualidade de vida urbana e humana.

O Plano Centro Cidadão continuará buscando capturar, nas próximas etapas de construção, as expectativas dos cidadãos, moradores e usuários, relacionadas ao território do Centro Expandido Continental. Em resposta a muitos que consideram ser o "processo colaborativo" uma exigência que desacelera o planejamento urbano, o Plano Centro Cidadão compreende, ao contrário, que a colaboração

da sociedade é um importante catalizador e cristizador do processo de trabalho, permitindo a efetivação de um planejamento verdadeiramente inclusivo e integrado.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRIC, J. C. (1994). L'organisation interne des représentations sociales: système central et système périphérique. In C. Guimelli (ed.), **Structures et transformations des représentations sociales** (pp.73-84). Neuchatel: Delachaux et Niestlé.

CÂMARA, Andréa Dornelas *et all* (Org). (2012) **Nosso cais: integração, mobilidade, paisagem cultural: diretrizes de intervenção para o Cais José Estelita**. Recife: FASA,.

CAMARA, Andréa D. (2011) **Cubierto de Verde y Plantando de Blanco: la normativa de la ciudad moderna, Recife, Brasil**. Tesis de Doctorado. Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Universitat Politecnica de Catalunya, Barcelona.

DOORLEY, Scott; WITTHOFT, Scott. (2012) **Make Space: How to Set the Stage for Creative Collaboration**. Hoboken, N.J.: John Wiley & Sons.

DUARTE, Clarissa. (2005) **Le dessin de la coexistence - L'impact des politiques d'aménagement urbain sur l'usage de l'espace public**. DEA/Master Paris: Université Paris 1 Panthéon Sorbonne.

DUARTE, Clarissa. NOBREGA, M. (2012) **Pela Coexistência Urbana: Estratégias de Planejamento para os espaços públicos viários**. In: Paisagens. Prazer de Ler: Recife.

GEHL, Jan.(2012) **Cities for people**. Washington, DC: Island Press.

HANROT, Stéphane. (2010) **L'architecture de la MOBILITÉ comme fabrique de la ville du paysage et du territoire: une stratégie INTÉGRATIVE de projet**. Marseille: ENSA-Marseille.

LENNERTZ, Bill; LUTZENHISER, Aarin. (2014) **The Charrette Handbook: The Essential Guide to Design-Based Public Involvement**. 2nd Edition edition ed. Chicago, IL: APA Planners Press.

MOSCOVICI, S. (1961). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: Presses Universitaires de France

NOBREGA, M. L. C. C; CANUTO, Robson; TRINDADE, I.; SILVA, P. M; CAMARA, Andréa; VASCONCELLOS, M. J.; MORAES, Eloisa B. A.; DUARTE, Clarissa. (2015) **Por um espaço publico cidadão: a mobilidade e a conquista da rua**. Recife: SENGE.

NOBREGA, M. L. C. C; TRINDADE, I.; SILVA, P. M; CAMARA, Andréa; DUARTE, Clarissa; ROLIM, A. L. (2014) **Por um espaço publico cidadão: o encontro do edificio com a rua**. Recife: SENGE.